



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Agravo na Apelação Cível nº 0284295-3 (N.P.U. 0000194-45.2012.8.17.1290)

Apelante: Estado de Pernambuco

Apelado: Romário Florêncio Torres e outros

Relator: Des. Fernando Cerqueira

Relator para Acórdão: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

EMENTA: AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA. DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL / REEXAME NECESSÁRIO. CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS DA PMPE. INTERPRETAÇÃO DO EDITAL. OS CANDIDATOS NÃO ATINGIRAM O PERCENTUAL MÍNIMO DE ACERTO DE 40% (QUARENTA POR CENTO) EM CADA PROVA. PONTO DE CORTE INCIDENTE EM CADA DISCIPLINA, AFERIDAS ISOLADAMENTE. AGRAVO PROVIDO. DECISÃO POR MAIORIA.

1. Da leitura do item 3.1.6 do Edital, depreende-se que os candidatos, para serem aprovados no exame intelectual, deveriam obter um número de acertos mínimo de 40% (quarenta por cento) em cada prova, dentre as relacionadas no quadro de provas inserto no item 3.1.8.
2. O Ofício nº 127/2010 GGAIIIC/GICAP apenas esclareceu que o ponto de corte a ser adotado pela banca examinadora deveria ser por disciplina, aferidas isoladamente.
3. Os candidatos apelados não obtiveram a pontuação mínima em cada disciplina, necessária para aprovação.
4. Reexame provido, para reformar a decisão terminativa atacada, dando-se provimento ao reexame necessário, prejudicado o apelo, para julgar improcedentes os pedidos formulados na inicial.
5. Decisão por maioria.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Agravo na Apelação/Reexame Necessário nº. 0284295-3, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara de Direito Público deste e. Tribunal de Justiça, em sessão desta data, por maioria de votos, vencido o Desembargador Fernando Cerqueira, em dar provimento ao Agravo, nos termos do

GAIR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Relatório, Voto e Notas Taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

P. R. I.

Recife, 12 de maio de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
 Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO
Nº 0284295-3
AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO
Procurador: Dr. Diego Franklin Pereira de Freitas
AGRAVADOS: ROMÁRIO FLORÊNCIO TORRES E OUTROS
Advogado: Dr. José Carlos Madruga
Relator: Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

RELATÓRIO

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS, RELATOR SUBSTITUTO:

Vistos etc.

Trata-se de recurso de agravo interposto pelo Estado de Pernambuco em face de decisão terminativa prolatada por esta Relatoria nos autos do Reexame Necessário e Apelação Cível tombados sob o nº 0284295-3, em que, com fulcro no art. 74, VIII, do RITJPE, negou-se seguimento ao apelo manejado, mantida na integralidade de seus termos a sentença exarada no primeiro grau, a qual assegurou aos então autores o direito à participação nas etapas subsequentes do Curso de Formação de Sargentos da Polícia Militar de Pernambuco.

Entendeu a decisão do primeiro grau (fls. 325-328) pelo direito dos candidatos que lograram êxito de 40% em cada prova (geral e específica) e obtiveram uma média aritmética global igual ou superior a 5 (cinco) a participarem das etapas posteriores à do exame intelectual, nos termos do instrumento convocatório do certame.

Nas razões fundantes do presente remédio recursal (fls. 506-528), aduz o Estado que a decisão combatida baseou-se numa equivocada exegese dos termos do edital, devendo este Tribunal considerar que *"o percentual mínimo exigido para aprovação no exame intelectual se dirige à (sic) cada 'disciplina' componente da parte geral e da parte específica, e não ao total de pontos obtidos no 'grupos de*

863
D

provas". Questiona igualmente o ente estatal a interpretação conferida ao item sétimo do edital, alegando que "de forma alguma, o edital garantiu a todos os aprovados no exame intelectual a participação nas demais etapas do certame".

Arremado no Parecer nº 01/2013 da Chefia da Procuradoria Geral do Contencioso PGE/PE, requereu o ente estatal através de petição (fl. 873) a suspensão do feito por 6 (seis) meses, diante da possibilidade de transação judicial entre as partes. Intimado, o ora agravado manifestou concordância (fl. 881) e esta Relatoria deferiu o pedido (fl. 884), restando sobrestado o feito pelo lapso temporal aludido.

Decorrido o prazo de suspensão processual, as partes foram intimadas a se manifestarem nos autos, tendo o feito tão somente o agravante, pelo regular prosseguimento do feito.

Isto posto, coloco o processo em mesa para julgamento, porquanto preenchidos os requisitos legais.

Recife, 12/maio/2014 

Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
Relator

864
DL



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO
Nº 0284295-3
AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO
Procurador: Dr. Diego Franklin Pereira de Freitas
AGRAVADOS: ROMÁRIO FLORÊNCIO TORRES E OUTROS
Advogado: Dr. José Carlos Madruga
Relator: Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

VOTO DE MÉRITO

O cerne da controvérsia dos autos gravita em torno da interpretação dos critérios de aprovação no exame intelectual estabelecidos pela Portaria SDS nº 033/2010, que tornou público o edital do processo de seleção interna para o curso de Sargento da Polícia Militar de Pernambuco.

Neste diapasão, registre-se a importância, para os participantes de um concurso público, do edital do certame, cujos comandos constituem lei entre as partes e devem pautar as ações tanto dos concorrentes quanto da própria Administração.

A referida portaria conferiu publicidade ao edital do Curso Interno de Formação de Sargentos da PMPE, constando do instrumento convocatório, em seu item 3.1.6, a seguinte disposição:

"3.1.6 O candidato para ser aprovado terá que obter grau igual ou superior a 40%(quarenta por cento) em cada prova e uma média aritmética global ou superior a 5,00."

Regidos pelos princípios da clareza e da impessoalidade, os termos editalícios devem ser suficientemente nítidos e aplicáveis a todas as situações jurídicas decorrentes do certame, a fim de garantir ao participante do concurso segurança jurídica e previsibilidade da atuação estatal. Por este motivo, a despeito de dispor de certa margem de discricionariedade ao elaborar as normas regentes do Curso de Formação de Sargentos da PMPE, após a publicação do edital o ente estatal encontra-se vinculado aos seus termos, sendo-lhe vedada conduta que lhe seja contrária.

865
P

A leitura do supracitado dispositivo leva-nos ao entendimento segundo o qual, a teor do que alegam os agravados, o ponto de corte estabelecido para Curso de Formação de Sargentos (CFS) da Polícia Militar de Pernambuco em verdade referir-se-ia às provas geral e específica, estando habilitados a prosseguir no certame aqueles que obtiveram média superior a 40% (quarenta por cento) nessas provas e, concomitantemente, lograram uma média aritmética global igual ou superior a 5,00 (cinco).

Caso almejasse estabelecer o aludido limite referentemente a cada disciplina específica, dispunha a Administração, no período de preparação do instrumento convocatório, de discricionariedade para tanto. No entanto, ao separar o concurso em provas que se subdividiam em disciplinas, específicas ou gerais, fica patente que a pretensão deduzida pelo Estado nestes autos é contrária às normas fixadas no edital.

Ainda que o ato impugnado tenha tentado conferir maior celeridade ao andamento do certame, haja vista terem sido aprovados no exame intelectual 697 candidatos - o que redundaria na submissão de todos eles ao exame de saúde - a limitação de 105 candidatos e os suplentes logo após a primeira fase do certame (exame intelectual), além de ofender o princípio da vinculação aos preceitos do edital, malferem o princípio da isonomia e da segurança jurídica, os quais regem a atuação da Administração Pública.

Ademais, a convocação limitada a 105 candidatos não encontra guarida no mesmo edital. Os requisitos para matrícula no Curso de Formação de Sargentos estão explicitamente deduzidos no item 7 do edital, cujo teor faz-se mister reproduzir:

"7. Os candidatos devem ser aprovados, classificados e convocados no processo seletivo, considerando-se para a classificação e convocação a ordem decrescente das médias obtidas pelos candidatos, no exame intelectual, exames de saúde, de aptidão física e na análise documental, obedecida ainda as seguintes condições: a) estar classificado dentro do quantitativo de vagas oferecidas e colocadas a disposição no item 1.3 da presente portaria; estar apto após os exames de saúde e aptidão física e após a análise documental."

À luz da norma transcrita, entende-se que serão selecionados os 105 melhores candidatos para matrícula no curso de formação de sargento da PM apenas ao final do processo seletivo, ou seja, os candidatos devem se submeter às etapas de certame - todas de caráter eliminatório - e caso logrem aprovação em todas as etapas, apenas serão alijados do concurso se não figurarem entre os 105 melhores, levando-se em conta a ordem decrescente das médias obtidas nas fases anteriores do certame.

866
df

Tenho conhecimento de que não é vedada à Administração estabelecer em edital de concurso público limites quanto ao número de candidatos aptos a realizar a segunda fase do certame, estabelecendo duplo critério de classificação (pontuação mínima e inclusão entre aqueles mais habilitados na quantidade estipulada no instrumento convocatório), contudo, não há, neste sentido, regra constante no edital deste concurso, existindo, ao reverso, disposição literal no tópico referente ao exame intelectual que trata especificamente da aprovação do candidato nesta etapa do concurso e que dispõe de modo divergente ao adotado pela autoridade coatora.

No caso concreto, todos os impetrantes atenderam à exigência prevista no item 3.1.6 do Edital, ou seja, média global superior a 5,00, razão pela qual eles têm o direito de participar das etapas seguintes do certame, com exceção, por óbvio, do curso de formação, uma vez que somente devem participar deste curso os candidatos que obtiveram a classificação dentro das vagas previstas em edital.

Nesse sentido trago precedente deste Egrégio Tribunal de Justiça:

EMENTA: ADMINISTRATIVO. SELEÇÃO INTERNA DE MILITARES PARA O CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS. PONTO DE CORTE - 40% (QUARENTA POR CENTO). NÚMERO DE VAGAS. RECURSO DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Seleção interna de militares estaduais para participar do curso de formação de sargentos. Observância obrigatória do edital. 2. O ponto de corte é superado pelos candidatos que atinjam 40% (quarenta por cento) das provas geral e específica, independentemente do número de acertos obtidos em cada disciplina. Possibilidade de todos os candidatos aprovados participarem das demais etapas do certame. 3. A matrícula no curso de formação é limitada aos candidatos que, após o término de todas as etapas da seleção, estejam classificados dentro de número de vagas previsto pelo edital (item 7, a). 4. Recurso DESPROVIDO. Decisão unânime. (TJPE. Agravo Regimental n.º 0224694-8/01) Grifos nossos.

Assim, em face de todo o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao presente recurso de agravo, para manter a decisão terminativa anteriormente proferida.

É como voto.

Recife,

12/MAIO/2014



Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
Relator



869

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO - 13 05 2014.
AGRAVO NA AP/REEXAME NECESSÁRIO Nº 284295-3 – SÃO CAETANO.
AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO.
AGRAVADOS : ROMÁRIO FLORÊNCIO TORRES E OUTROS.
RELATOR : DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA.

RELATÓRIO CONSTANTE DAS FLS. 862/863 DOS AUTOS.

VOTO DO RELATOR CONSTANTE DAS FLS. 864/866 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES

Eu e o Des. Jorge temos entendido (...) então, Vossa Excelência foi vencido nesse caso e eu lavrarei o acórdão.

OS EMINENTES DESEMBARGADORES JORGE AMÉRICO E ERIK SIMÕES
TÊM ENTENDIMENTO DIVERGENTE DO EMINENTE DES. RELATOR.

DECISÃO:

"POR MAIORIA, VENCIDO O RELATOR, DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO DE AGRAVO, NOS TERMOS DO VOTO DIVERGENTE".
